

No Parlamento Jovem, trabalho é a preocupação

Sétima edição do programa confirma que melhoria da educação é tema de interesse dos jovens que por um dia ocuparam o Plenário



Os integrantes da sétima edição do Parlamento Jovem sabatinaram o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Rodrigo Garcia, em programa exibido pela TV Assembleia

A Região Metropolitana de São Paulo tem cerca de 1,7 milhão de desempregados. Desse total, estima-se que os jovens de 15 a 24 anos representam cerca de 55% (em torno de 900 mil pessoas). Os dados são da Fundação Seade e do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). Desde os anos 80, a pirâmide etária brasileira sofre uma mudança dramática, estreitando-se na base e aumentando nas faixas intermediárias. De um lado, a queda da taxa de fecundidade diminuiu o número de bebês. De outro, a queda da ►►

► mortalidade infantil permitiu que mais crianças chegassem à adolescência.

O crescimento do número de jovens fez aumentar a pressão sobre o mercado de trabalho, em crise há mais de duas décadas. A queda da renda também colaborou para o aumento da demanda por empregos: com a redução dos ganhos dos chefes de domicílio, os membros mais jovens da família são obrigados a buscar oportunidades para ajudar a recompor a renda familiar.

Desde 1999, a Assembléia Legislativa promove uma atividade para jovens cidadãos conhecerem o funcionamento da Casa. São selecionados 94 alunos do ensino fundamental e/ou médio que, por 24 horas, assumem os postos dos deputados estaduais.

O Parlamento Jovem, como o Legislativo, mostrou-se, em 2005, uma caixa de ressonância das preocupações e inquietações da sociedade civil. Garantir a colocação da juventude no

mercado de trabalho, em condições de competir – alicerçadas em um ensino médio de melhor qualidade –, foi o principal foco da atenção dos projetos dos deputados calouros para a área de educação.

Membro da bancada do Partido da Educação, Antonio Marcos P. Branco, 16 anos, aluno da Escola Augusto Mariani, de Andradina, é bancário (trabalha à tarde e estuda à noite), e elaborou a sugestão de uma lei para incentivar a implantação de programa de geração de emprego para jovens estudantes de 15 a 18 anos com bom desempenho na escola. Em contrapartida, o empregador terá benefícios fiscais.

“Com esse projeto, meu objetivo é que mais empresas, além do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, façam convênios com os estabelecimentos educacionais”, declarou Branco.

A proposta do estudante de Andradina já encontrou um “padrinho” na Assem-

bléia Legislativa. O deputado Edson Gomes (PP) usou o texto apresentado na sétima edição do Parlamento Jovem para colocar na pauta do Legislativo estadual o projeto de lei 847/2005.

Branco ficou surpreso com a iniciativa do parlamentar do PP. Agora, afirma, “estou otimista com a tramitação do projeto na Assembléia e acredito que será transformado em lei”. Ele parte de sua própria experiência de vida para justificar a viabilidade do projeto. “Já tenho emprego graças a um convênio como o sugerido. Não atrapalha meus estudos e, no banco, aprendo muitas matérias. Minha intenção é que muitas empresas tomem essa iniciativa.”

Atento às preocupações estudantis, o mesmo Edson Gomes assumiu a autoria do projeto 846/2005, também elaborado por estudantes, para incentivar convênios entre as micro-empresas, que teriam isenção fiscal, e as escolas, que selecionariam o aluno aprendiz.

Inicialmente, o Parlamento Jovem

congregava alunos do ensino fundamental; em 2002, foi estendido ao ensino médio, alternando, a cada ano, o nível de escolaridade. O programa paulista tornou-se referência para os Legislativos de outros Estados e várias cidades. Na Câmara dos Deputados, recebeu o nome de “Parlamento Jovem Brasileiro”, reunindo, anualmente, estudantes de todos os estados brasileiros.

Todos as escolas públicas e particulares do Estado de São Paulo podem ter candidatos a uma das 94 cadeiras do Parlamento Jovem. O processo de escolha dos deputados calouros começa em cada colégio, que seleciona um único projeto de lei entre os apresentados por seus alunos. A proposta é enviada à Assembléia Legislativa para ser examinada por uma comissão especial.

O Parlamento Jovem é uma réplica dos trabalhos dos deputados estaduais. O estudante precisa integrar um dos 12 partidos temáticos. O seu projeto de lei deve se referir à matéria específica da legenda de sua preferência. As áreas de interesse das agremiações são: agricultura, cultura, defesa do consumidor, direitos humanos, educação, emprego, esportes, habitação, juventude, natureza, saúde e segurança pública.

O formato de uma proposta deve seguir o padrão estabelecido pelo Manual do Processo Legislativo. Além disso, deve ter correção gramatical e se mostrar exequível. A originalidade da sugestão é o principal quesito a ser avaliado. Se o projeto não se enquadrar no tema do partido, o candidato é desclassificado.

Uma vez selecionado, antes de comparecer à sessão do Parlamento Jovem, o estudante é instruído sobre as normas do processo legislativo. Já em Plenário,

as bancadas dos partidos se articulam para a eleição da Mesa Diretora, escolhem os condutores dos trabalhos do Plenário, apresentam os projetos (com direito a defesa e crítica) e aprovam ou rejeitam as sugestões.

Em seu segundo mandato, Fernanda Petena Magnotta, 17 anos, da 3ª. série do ensino médio do Instituto de Educação São Miguel Arcanjo, da capital, foi eleita pelos parlamentares calouros para presidir a sétima edição do Parlamento Jovem.

A exemplo do que ocorre desde 1999, o ranking de proposições em 2005 priorizou a educação, com 115 inscrições. Além de questões ligadas à preparação para o mercado de trabalho, o Partido da Educação listou como de seu interesse o ingresso de maior número de alunos da rede pública nas universidades, a isenção de pagamento de taxas de vestibular em universidades públicas, a implantação de ensino de educação ambiental, o acompanhamento psicológico nas escolas e a introdução da disciplina “Política, Ética e Cidadania” no currículo escolar.

O deputado Edson Gomes também teve interesse em viabilizar duas propostas dessa legenda. Uma se refere à criação de arquivos públicos em todos os municípios do Estado. A outra prevê a instituição da semana do resgate da cultura paulista, com estrutura adequada na rede de ensino, que pode ser incluída na semana do folclore, que já faz parte do calendário escolar de São Paulo. Ambas já foram encaminhadas para apreciação dos demais parlamentares.

O Partido da Natureza, com 53 projetos, foi o segundo entre os preferidos dos jovens. Os assuntos tratados por eles abordavam, especialmente, o uso da água, de forma a garantir sua preservação no Estado. Outras ques- ►►

Karoline Rodrigues de Lazari, do Partido da Educação, apresentou projeto para a criação de serviço e atendimento pré-universitário aos alunos da 3ª série do ensino médio da rede pública



Estudantes do ensino médio de São Paulo escolhidos para ocupar as 94 cadeiras do Parlamento Jovem participaram de uma sessão plenária para discutir e votar os projetos elaborados pelas bancadas dos 12 partidos temáticos

► tões relacionavam-se a manutenção dos recursos naturais, reciclagem do lixo, incentivo ao uso de materiais recicláveis e criação de parques ecológicos municipais.

Direitos humanos e cultura também encabeçam a lista das preocupações juvenis. Dos 298 projetos de lei enviados à comissão de análise da sétima edição do Parlamento Jovem, 30 eram relacionados ao primeiro tema, e 25 ao segundo.

Entre as bancadas regionais da sétima edição, a da Baixada Santista, com 14 integrantes, foi a segunda maior (número menor apenas que o de representantes da capital). Esse resultado foi obtido devido ao trabalho que o deputado Fausto Figueira (PT), primeiro-secretário da Assembléia Legislativa, fez na região, com visitas a todas as escolas da rede pública para divulgar o Parlamento Jovem e esti-

mular a participação dos estudantes. A idéia de instituir na Assembléia Legislativa uma atividade que servisse à formação da cidadania dos jovens é de autoria da deputada Célia Leão (PSDB) e do ex-deputado Cesar Callegari (PSB), hoje presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e secretário de Educação de Taboão da Serra.

Callegari destaca a formação da cultura de participação do jovem na causa pública, “fazendo política com propostas”, e o aprendizado de que a política tem como base o interesse público, como principais objetivos do Parlamento Jovem paulista.

Entusiasta pelo alcance das propostas do programa, cita a eleição de vereadores em Câmaras Municipais do Estado de São Paulo que tiveram sua estréia na política nos quadros do Parlamento Jovem, além de líderes no meio estu-

dantil, em universidades como a USP. Célia Leão se diz orgulhosa dos resultados obtidos até aqui e considera que a sua iniciativa deve ser aprimorada a cada ano. “O mais importante é que os jovens, ao longo desses sete anos, entram na Assembléia de um jeito e saem de outro. É um projeto que leva nossos jovens a ter consciência do que é um processo democrático”, afirma. O vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Jorge Caruso (PMDB), no encerramento das atividades da última edição do Parlamento Jovem, incentivou os estudantes a terem um envolvimento maior na definição dos desígnios das coisas de interesse coletivo e do público. “Só através dos jovens no Parlamento é que teremos futuro político no país (...). Só assim (pela política e pela democracia) se pode construir uma sociedade mais justa e perfeita.” ■



Em seu segundo mandato, a secundarista Fernanda Petena Magnotta (terceira da esquerda para a direita) foi eleita a presidente da sétima edição do Parlamento Jovem, com o apoio de 45 deputados